

Plano Diretor de TI

2025
2026

Este documento tem como objetivo definir os projetos, normas e recursos necessários para execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), o qual, por sua vez, tem como base o Plano Estratégico do TRE/PR.

SECTI/TRE-PR

HISTÓRICO DE VERSÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
	0.1	Versão inicial do Plano Diretor de TI	Núcleo de Apoio à Governança de Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 PERÍODO DE ABRANGÊNCIA	7
3 PERIODICIDADE DAS REVISÕES	7
4 EQUIPE RESPONSÁVEL	7
5 CRONOGRAMA	8
6 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	9
7 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	10
8 METODOLOGIA APLICADA	15
9 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TI	16
10 SITUAÇÃO ATUAL DO AMBIENTE DE TI	17
10.1 MATRIZ SWOT	18
11 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	20
11.1 Estratégia institucional	21
11.2 A estratégia de Tecnologia e Informação do Poder Judiciário	22
11.3 A estratégia de Tecnologia e Informação	22
12 PORTFÓLIO DE DEMANDAS	25
12.1 LISTA DE PROJETOS	26
12.2 PROGRAMAS / PROJETOS / AÇÕES	27
13 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	32
14 PLANO DE GERENCIAMENTO	35
15 ORÇAMENTO DA TI	36
16 INDICADORES E METAS	38
16.1 Indicadores Estratégicos Institucionais	38
16.2 Indicadores do Planejamento de TI	39
17 CONCLUSÃO	42

LISTA DE FIGURAS

Mapa estratégico de TI

LISTA DE TABELAS

Relação de Projetos

Plano Orçamentário 2025

GLOSSÁRIO

PETI

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação

SWOT

Sigla oriunda do idioma inglês, é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

1 INTRODUÇÃO

A Tecnologia da Informação (TI) assumiu, nos últimos anos, um papel imprescindível no dia-a-dia das organizações públicas brasileiras. O foco principal da TI é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais.

Além disso, a TI tem transversalidade sobre vários eixos da organização, tangenciando suas áreas de negócio. É a TI que apoia as organizações a atenderem as exigências por agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação. Nesse contexto, na busca por uma Administração Pública que prime pela melhor gestão dos recursos e maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, torna-se essencial a realização de um bom planejamento de TI, que viabilize e potencialize a melhoria contínua do desempenho organizacional. Para alcançar esse resultado, é necessário que haja um alinhamento entre as estratégias e ações da TI e as estratégias organizacionais.

A Resolução CNJ 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia das Informações e Comunicações do Judiciário (ENTIC Jud), impõe a elaboração e manutenção de um Plano Diretor de TIC (PDTIC), ao qual cabe elencar as ações que estarão alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional, ao Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário e à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.

Dessa maneira, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é o instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TI, definindo estratégias e o plano de ação para implantá-las.

No atual cenário político-econômico-financeiro do País, o PDTI é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades. O PDTI representa um instrumento de gestão para a execução das ações de TI da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

2 PERÍODO DE ABRANGÊNCIA

As ações presentes neste plano serão planejadas e executadas entre janeiro/2025 e dezembro/2026.

3 PERIODICIDADE DAS REVISÕES

As revisões serão feitas pelo CGTI trimestralmente, alinhadas com os períodos das Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) do Planejamento Estratégico Institucional.

É de competência do Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação fazer as revisões neste plano.

Além dos prazos de revisão, este plano deverá ser atualizado sempre que houver modificações na estratégia do Tribunal que impactem em ações de TI.

4 EQUIPE RESPONSÁVEL

A minuta deste planejamento foi elaborada pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), composto por:

- Gilmar José Fernandes de Deus (presidente)
- Marcos Fábio Portela
- Désirée Mausbach Ricco
- Max Luiz de Carvalho
- Hélio da Conceição Camillo Júnior
- Beatriz Rodrigues de Melo
- Lucas Barke Bruzon

Na Secretaria de Tecnologia da Informação, trabalhos complementares foram realizados pelas chefias de seção, coordenadorias e núcleos da secretaria sob a coordenação geral do Sr. Secretário de Tecnologia da Informação.

5 CRONOGRAMA

Atividade	Período
Coleta de necessidades De forma contínua, são coletadas demandas provenientes das diferentes áreas do TRE	
Revisão da Estratégica Ratificação pelo CGTI da Estratégia de TI	Agosto/2024
Levantamento das ações Consolidação das necessidades identificadas	Outubro/2024

Apresentação do Plano Diretor de TI	Novembro/2024
Discussão no âmbito do CGTI	
Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Março/2025

6 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Este plano foi elaborado utilizando como referência os seguintes documentos:

- Resolução TRE-PR 874/2021, que aprova a revisão do Planejamento Estratégico para o período 2021-2026 no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.
- Portaria TRE/PR 268/2024, que estabelece o Plano de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná para o ano de 2024/2025.
- Portaria PRESID nº 451/2022 - Planejamento Estratégico 2021-2026
- Portaria PRESID nº 341/2023 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Justiça Eleitoral do Paraná para o biênio 2023-2024
- Resolução 903/2022, que aprova o Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- Resolução TRE/PR 932/2024, que regulamenta o sistema de Governança da Justiça Eleitoral do Paraná.
- Resolução CNJ 468/2022, Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos

submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.

- Resolução CNJ 370/2021, que institui a Estratégia Digital do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026 (ENTIC-JUD).
- Resolução CNJ 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
- Resolução TSE 23.644/2021, que institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.
- Resolução CNJ 615/2025, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário.

7 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Princípio/Diretriz	Origem
Art. 4º As contratações serão precedidas de Plano de Contratações de STIC, planejamento alinhado com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), com o Planejamento Estratégico Institucional e com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e Estratégia Nacional de TIC (ENTIC-JUD).	Resolução Nº 468/2022, do CNJ

Todos os serviços e processos de TI críticos para a organização devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados)	COBIT, ITIL
O orçamento de ações de TI priorizará, pela ordem: a) a manutenção dos serviços do atual portfólio de TI, desde que considerados ainda relevantes, e a infraestrutura necessária para mantê-los; b) projetos novos com alto impacto de negócio e baixo risco.	PDTI
Art. 6o Cada órgão deverá elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), o qual deverá elencar as ações que estarão alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional, ao Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário e à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.	Resolução 370/2021, do CNJ
Art. 42. Os órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça deverão alinhar, até julho de 2021, os seus respectivos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD),	Resolução 370/2021, do CNJ

<p>contemplando elementos mínimos elencados abaixo:</p> <p>I – alinhamento à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e ao Plano Estratégico Institucional;</p> <p>II – as diretrizes estabelecidas em resoluções, recomendações e políticas inerentes à TIC instituídas para a concretização das estratégias nacionais do Poder Judiciário;</p> <p>III – as metas associadas aos indicadores de resultado; e</p> <p>IV – ações a serem implantadas no ciclo estratégico.</p>	
<p>Art. 9º As aquisições de bens e contratação de serviços de TIC deverão atender às determinações do CNJ.</p>	<p>Resolução 370/2021, do CNJ</p>
<p>Art. 15. Para a consecução dos objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), os órgãos elaborarão o seguinte instrumento de planejamento:</p> <p>§ 1º Plano de Transformação Digital que conterà, no mínimo, as ações de:</p>	<p>Resolução 370/2021, do CNJ</p>

I – transformação digital de serviços; II – integração de canais digitais; III – interoperabilidade de sistemas; e IV – estratégia de monitoramento.	
Art. 16. O fortalecimento da relação do Poder Judiciário com a sociedade se dará por meio de estratégias de comunicação, procedimentos objetivos e ágeis e com uso de linguagem de fácil compreensão.	Resolução 370/2021, do CNJ
Art. 21. Cada órgão deverá constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC	Resolução 370/2021, do CNJ
Art. 35. Recomenda-se utilizar serviços em nuvem que simplificam a estrutura física, viabilizam a integração, requisitos aceitáveis de segurança da informação, proteção de dados, disponibilidade e padronização do uso dessa tecnologia no Poder Judiciário.	Resolução 370/2021, do CNJ
Deverá ser utilizado preferencialmente os sistemas nacionais desenvolvidos colaborativamente e amplamente disseminados pelo Poder Judiciário, com o intuito da ampliação e compartilhamento de soluções.	Resolução 370/2021, do CNJ

Estabelecer melhorias nos processos de TI, promovendo a Governança de TI, alinhadas às boas práticas e diretrizes do mercado (COBIT, ITIL, PMBok, CMMI e MPS.BR).	Resolução 370/2021, do CNJ
Art. 3º Esta PSI se alinha às estratégias da Justiça Eleitoral e tem como princípio norteador a garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade, autenticidade, irretratabilidade e auditabilidade das informações produzidas, recebidas, armazenadas, tratadas ou transmitidas pelos órgãos da Justiça Eleitoral, no exercício de suas atividades e funções.	Resolução 23.644/2021 do TSE.
Promover capacitação dos servidores de TI.	Resolução nº 370/2021, do CNJ
Garantir a infraestrutura de TI apropriada às atividades administrativas e judiciais.	Resolução nº 370/2021, do CNJ
Planejamento dos investimentos de hardware e software seguindo políticas, diretrizes e especificações definidas em instrumentos legais.	Resolução Nº 182/2013, do CNJ Resolução Nº 468/2022, do CNJ
Promover mecanismos de melhoria da Governança e Infraestrutura de TIC.	Resolução nº 370/2021, do CNJ.

8 METODOLOGIA APLICADA

Para elaboração do PDTI foi adotado, como referência, o Planejamento Estratégico Institucional e os direcionamentos oriundos do Conselho Nacional de Justiça.

A análise do ambiente foi realizada fazendo-se uma atualização da matriz SWOT presente produzida no último ciclo do PDTI.

A etapa de levantamento das necessidades das diferentes unidades da Justiça Eleitoral do Paraná deu-se através da análise do portfólio de projetos e demandas submetidas à Secretaria de Tecnologia da Informação. Desta avaliação crítica surge uma visão consolidada de necessidades, onde necessidades similares são aglutinadas, prioridades são expressas e detalhamentos são obtidos. Projetos cuja necessidade já havia sido oficializada à SECTI também foram acrescentados à lista de necessidades.

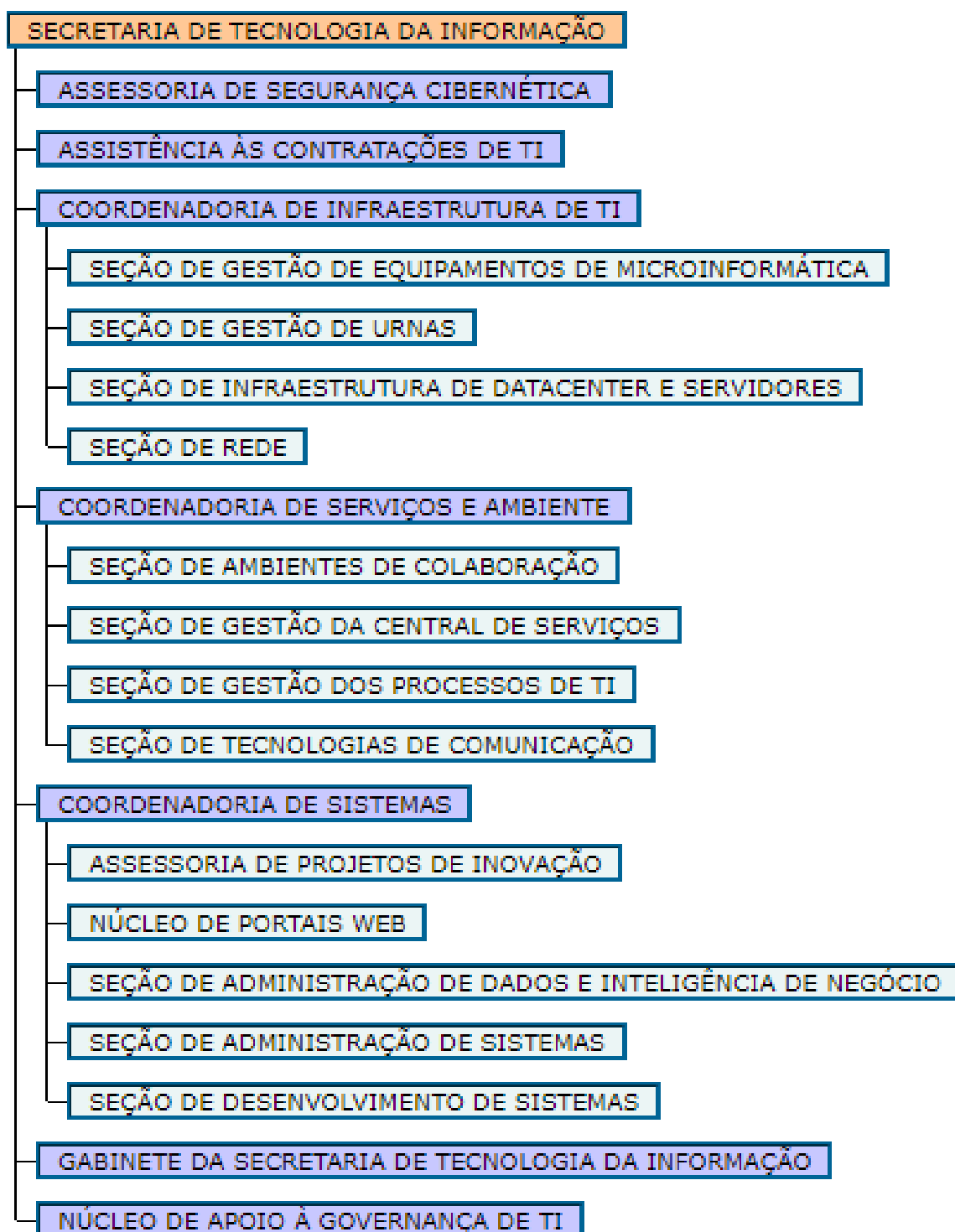
Em resposta a esta expressão de necessidades a SECTI elaborou um rol de ações, materializado sob a forma de projetos a serem executados durante a vigência do presente Plano.

A priorização da lista de ações cabe ao CGTI, com aprovação pelo Conselho de Governança.

Em consonância à lista de ações, foi elaborado o Plano de Contratações Anual (para 2025). Este Plano de Contratações é a base para elaboração da peça orçamentária relativa à Tecnologia da Informação.

A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o período 2021-2026 estabelece que as linhas estratégicas de TI componham o presente Plano Diretor.

9 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TI



10 SITUAÇÃO ATUAL DO AMBIENTE DE TI

O cenário orçamentário atual é limitado, exigindo uma adaptação do orçamento de TI a um novo modelo, onde a maior parte das despesas de TI será realizada por custeio, e não por investimento. Com o objetivo de gerar economias e modificar a matriz de custeio de TI, um conjunto de ações foi iniciado em 2020.

O ambiente de negócios carece de inovação. Há constante necessidade de adequação a novas modalidades de trabalho, exigências e formas mais otimizadas e produtivas de funcionamento, visando a redução de custos e conformidade com as normas dos órgãos de controle.

A infraestrutura tecnológica encontra-se estabilizada quanto a sua confiabilidade. Para que esta possa se adequar aos desafios apresentados diariamente, há a necessidade de incorporar novas tecnologias, principalmente quanto à nuvem (*Cloud computing*).

A terceirização de serviços e atividades é um ponto relevante para os próximos anos.

Atualmente, o quadro de servidores é altamente capacitado, porém executa atividades operacionais básicas, muito aquém de sua capacidade técnica.

A primeira estratégia é a terceirização através de contratos que garantam melhor qualidade e disponibilidade do que já existe hoje nos serviços de TI.

Neste aspecto, algumas propostas são: implantação de *outsourcing* de impressão, suporte *on site* e serviços em nuvem.

A segunda estratégia é a terceirização de atividades, procurando aumentar a capacidade produtiva da TI.

Desta forma, os servidores do quadro poderão ser liberados para inovação, planejamento e gestão (VDI, VOIP, nuvem, BI, dentre outras).

A SECTI, internamente, deverá reforçar suas iniciativas em planejamento e gestão, priorizando a gestão dos processos de negócio da área.

Alguns processos já estão mapeados e em execução, mas não há atividades de controle da sua qualidade. Assim, não se sabe da total efetividade desses mapeamentos.

10.1 MATRIZ SWOT

Para análise de contexto foi utilizada a ferramenta de análise SWOT (*Strengths, Weakness, Opportunities, Threats* / Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), destacando-se abaixo os principais fatores internos e externos que afetam a operação de TI.

Fatores Internos – As forças e fraquezas são determinadas pela posição atual da organização e relacionam-se, quase sempre, a fatores internos. Estas são particularmente importantes para que a instituição rentabilize o que tem de positivo e reduza, através da aplicação de um plano de melhoria, os seus pontos fracos.

Fatores Externos – As oportunidades e ameaças são antecipações do futuro e estão relacionadas a fatores externos, que permitem a identificação de aspectos que podem constituir constrangimentos (ameaças) à implementação de determinadas estratégias, e de outros que podem constituir-se como apoios (oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para a organização.

Principais Fatores Internos

Top 5 Forças	500	Top 5 Fraquezas	403
Excelente infraestrutura para sustentar sistemas	100	Algumas equipes desmotivadas	100
Boa imagem perante os usuários e alta administração	100	Falta de definição quanto ao direcionamento tecnológico	100
Gestão de TI valoriza o planejamento, o mapeamento de processos e a definição de indicadores de desempenho (administração científica)	100	Falta de planejamento de longo prazo	75
Grande conhecimento sobre o Processo Eleitoral	100	Cultura de silos	64
Adoção de novas tecnologias (BI, WIFI interior, videoconferência)	100	Baixa integração entre algumas equipes	64

Principais Fatores Externos

2.1 Top 5 Oportunidades	530	2.2 Top 5 Ameaças	600
Necessidade de inovação da alta administração e secretarias	125	Projetos que usam TI sem participação ou conhecimento da SECTI	125
Potencial para criação de serviços para uso direto pela sociedade	125	Aumento das ameaças cibernéticas	125
Novas modalidades de trabalho	100	Desbalanceamento entre investimento e custeio, devido mudança de paradigma de mercado	125
Ampliação da terceirização das atividades operacionais	100	Desequilíbrio entre o planejamento do Tribunal e as crescentes exigências do CNJ	125
Inovações tecnológicas	80	Surgimento de demandas não planejadas urgentes que disputam recursos com demandas já planejadas.	100

11 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O alinhamento estratégico deste plano é feito em relação ao PEI 2021-2026 (Portaria PRESID nº 311/2021 - Planejamento Estratégico 2021-2026), utilizando a missão, visão e valores vigentes na criação deste Plano Diretor de TI.

Considerando os aspectos específicos do domínio de Tecnologia da Informação e Comunicação, este planejamento alinha-se à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) – Res. CNJ 370 de 28/01/2021.

11.1 Estratégia institucional

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
Planejamento Estratégico - 2021/2026
MAPA
ESTRATÉGICO
Plano Estratégico 2021-2026

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
SOCIEDADE

Garantia dos direitos fundamentais
Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

PROCESSOS INTERNOS

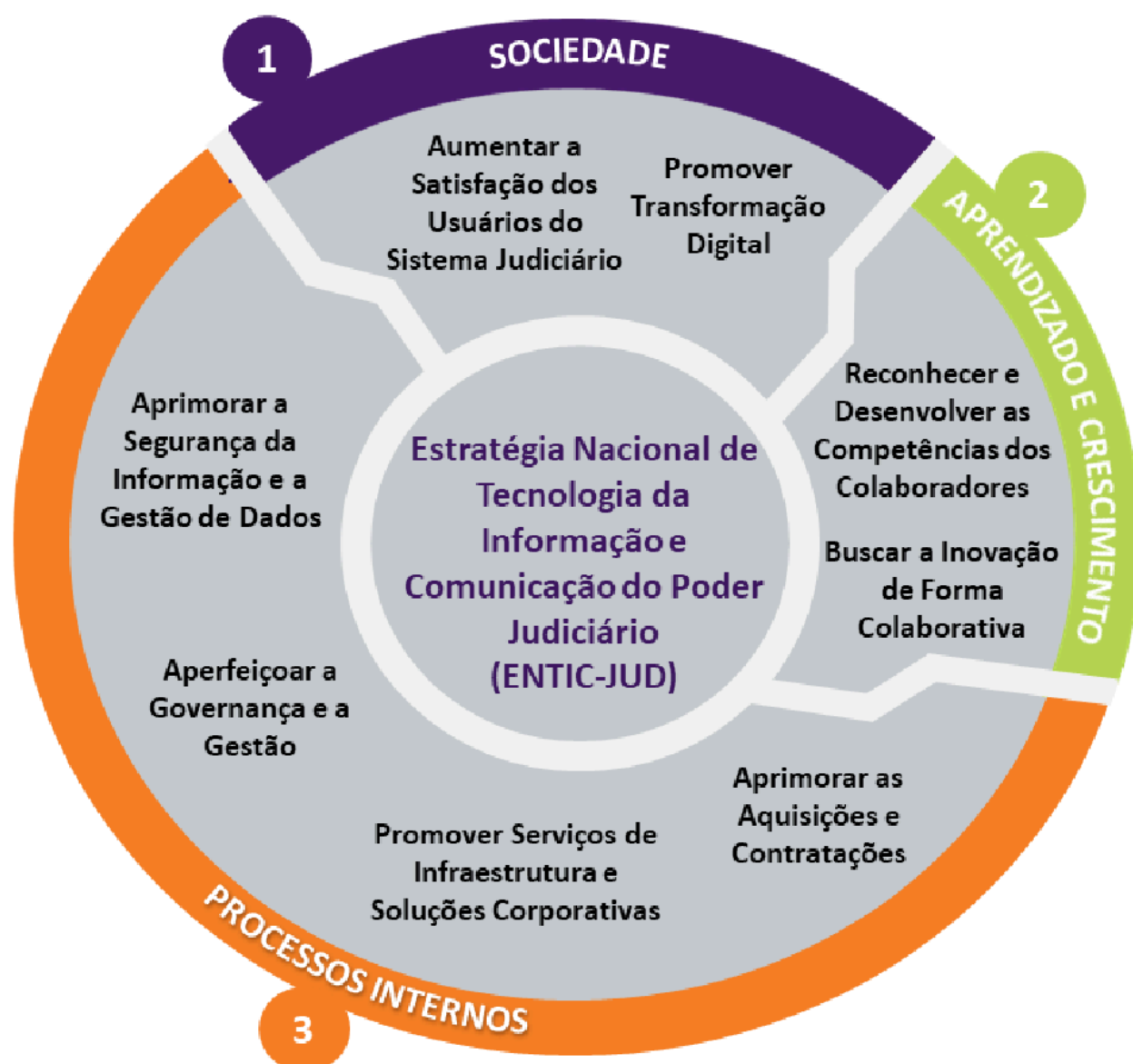
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
Promoção da sustentabilidade
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

11.2 A estratégia de Tecnologia e Informação do Poder Judiciário

MAPA ESTRATÉGICO DE TIC DO PODER JUDICIÁRIO



11.3 A estratégia de Tecnologia e Informação

A estratégia de TI possui dois fortes orientadores, a Estratégia Institucional e a ENTIC-JUD. Dentro deste contexto, há um forte alinhamento para que a área de TI seja capaz de prover serviços de tecnologia da informação para que a Justiça

Eleitoral do Paraná cumpra sua missão institucional de forma célere, segura e inovadora.

O principal direcionador nos objetivos estratégicos institucionais é o objetivo Nº 10.

OE 10 - Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados: programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais à sociedade e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.



A estratégia de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná define os seguintes objetivos, distribuídos em três perspectivas:

Sociedade

Objetivo 1: Aumentar a satisfação dos usuários do Sistema Judiciário;

Objetivo 2: Promover a transformação digital;

Aprendizado e crescimento:

Objetivo 3: Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores;

Objetivo 4: Buscar a inovação de forma colaborativa;

Processos internos:

Objetivo 5: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão;

Objetivo 6: Aprimorar as aquisições e contratações;

Objetivo 7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados.

Objetivo 8: Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas;

**Alinhamento entre objetivos estratégicos
intitucionais e objetivos de TI**

		Sociedade		Processos internos					Aprendizado e crescimento		
		OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais	OE 2 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade	OE 3 - Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	OE 4 - Agilidade e produtividade na prestação Jurisdicional	OE 5 - Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	OE 6 - Promoção da sustentabilidade	OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	OE 9 - Aperfeiçoamento da gestão orgamentária e financeira	OE 10 - Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados
		Objetivos estratégicos Institucionais									
Sociedade	Objetivo 1: Aumentar a satisfação dos usuários do Sistema Judiciário;	S	P		P			P	P	S	P
	Objetivo 2: Promover a transformação digital;	P	P	P	P		P	P	S	P	P
Aprendizado e crescimento	Objetivo 3: Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores;						S	P	P		P
	Objetivo 4: Buscar a inovação de forma colaborativa;			S	S	S	S	P			P
Processos internos	Objetivo 5: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão;					P	P	P	S	P	P
	Objetivo 6: Aprimorar as aquisições e contratações;					P	P	P		P	P
	Objetivo 7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados.	P	P	P	P	S	S	S	S		P
	Objetivo 8: Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas;			S	P	P	P	P	S	P	P

Relação entre os objetivos:

P - Primária / forte

S - Secundária / fraca

12 PORTFÓLIO DE DEMANDAS

A presente seção lista as ações consolidadas durante o trabalho de coleta de necessidades da Equipe de Trabalho. As ações cujas necessidades já haviam sido oficializadas para a SECTI previamente ao trabalho de confecção deste plano também foram acrescentadas à lista. As ações foram classificadas conforme as macro iniciativas oriundas das estratégias traçadas para lidar com o resultado da análise SWOT:

- Ampliar a capacidade do ambiente tecnológico
- Ampliar a oferta de ferramentas de colaboração e melhorar as existentes
- Apoiar a retomada do atendimento biométrico
- Apoiar as ações de Eleições
- Aprimorar a continuidade dos serviços de TI
- Aprimorar a entrega dos serviços de TI
- Aprimorar a Gestão da TI
- Aprimorar a Governança de TI
- Aprimorar os processos de contratação de TI
- Aumentar a disponibilidade dos serviços de TI
- Aumentar a segurança do ambiente tecnológico
- Desenvolver a inteligência de negócio
- Fomentar a Transformação Digital
- Implantar integração com o eSocial
- Prover recursos tecnológicos para suportar o negócio

12.1 LISTA DE PROJETOS

- Adequar os processos de contratações de TI à legislação vigente
- Ampliar a utilização de ambientes computacionais em nuvem
- Aprimorar a estratégia de continuidade da infraestrutura de Redes
- Aprimorar a estratégia de continuidade da infraestrutura do Datacenter
- Aprimorar as soluções de cibersegurança
- Implantar a Central de Serviços Compartilhada
- Desenvolver trilhas de capacitação em TI
- Desenvolver soluções de IA e estruturar uma política de IA para o TRE-PR
- Estruturar a gestão de processos
- Estruturar o desenvolvimento de aplicações móveis
- Melhoria da maturidade de Governança e Gestão de TI
- Melhorar a maturidade de Governança e Gestão de Segurança da Informação
- Aperfeiçoar o processo de Gestão de Configuração e Ativos de TI
- Implantar a gestão de identidade
- Implantar a solução de registro de ponto e horas extras
- Melhorar a gestão logística de urnas
- Melhorar o ambiente tecnológico dos cartórios eleitorais
- Desenvolver solução para Gestão de mesários
- Implantar a terceirização de desenvolvimento de software
- Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

12.2 PROGRAMAS / PROJETOS / AÇÕES

Programas / Projetos / Ações	Unidade Responsável	Objetivo	Escopo	Orçamento	Início	Término
Desenvolvimento de sistema de diárias e passagens	COSIS	Agilizar os processos de solicitação de diárias e passagens	Novo sistema		01/2025	06/ 2026
Desenvolvimento de sistema para cadastro de Membros Eleitorais	COSIS	Evolução do sistema de magistrados para abranger também os membros eleitorais	Evolução de sistema		11/ 2024	05/ 2025
Implantação do SEI	COSIS	Implantação do sistema de processos administrativos em substituição ao PAD	Novo sistema		09/2023	03/2025
Portal do mesário	COSIS	Evolução e melhorias nas atuais ferramentas de mesários (Comunica-e, Integra-e)	Evolução de sistema		A definir	
Integração dos serviços à PDPJ	COSIS	Integração das soluções disponibilizadas pela Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ)	Implantação de sistemas		Conforme planejamento estabelecido em conjunto com o TSE	
Instalação de réguas gerenciáveis nos racks dos cartórios eleitorais	SREDE	Otimização para garantir disponibilidade de conectividade	Instalação das réguas em todos os cartórios	R\$ 80.000 já adquirido	01/2025	12/2025
Substituição de switches dos Cartórios Eleitorais	SREDE	Instalação de equipamentos em garantia	Substituição de equipamentos antigos	R\$ 330.000,00 já adquirido	01/ 2025	12/ 2025
Troca de SD-WAN para ALT	SREDE	Otimização para garantir disponibilidade de conectividade	Melhoria de conexão	Licenças já adquiridas,		Até 05/2025

Programas / Projetos / Ações	Unidade Responsável	Objetivo	Escopo	Orçamento	Início	Término
				projeto de ordem técnica		
Troca do Switch Core	SREDE	Troca de equipamento em função de melhorias e capacidade	Aquisição	R\$ 1.200.000,00 a adquirir		Até 03/2026
Aquisição de kits biométricos	SGEM	Aquisição de kits para substituição dos incompletos / com defeito	Aquisição	Liberação de orçamento possivelmente por crédito extra, na ordem de R\$ 2.000.000,00		Até 10/2025
Notebooks	SGEM	Substituição de equipamentos desktop por notebooks	Recolhimento / aquisição	Extra PCA na ordem de R\$ 3.000.000,00, se priorizado		Até 12/2025
Monitores	SGEM	Substituição de equipamentos obsoletos	Aquisição	A adquirir		Até 12/2025
Cidadania Plena	SGEM	Apoio ao projeto	Apoios			Até 11/2025
Renovação VMWARE	SIDS	Contratação	Contrato	R\$ 2.000.000,00		Até 08/2025
Estudos garantia Hiper Convergência TRE/PR	SIDS	Contratação / estudos	Contrato	R\$ 700.000,00		Até 12/2025
Renovação ferramenta de backup Veeam	SIDS	Contratação / estudos	Contrato	R\$ 1.400.000,00		Até 12/2025
IaaS	SIDS	Contratação / estudos	Contrato	R\$ 30.000,00		Até 07/2025
Disaster Recovery	SIDS	Contratação / estudos	Contrato	R\$ 70.000,00		Até 07/2025

Programas / Projetos / Ações	Unidade Responsável	Objetivo	Escopo	Orçamento	Início	Término
Aquisição de peças para servidores fora de garantia	SIDS	Contratação / estudos	Contrato	R\$ 20.000,00		Até 07/2025
Garantia Servidores DELL	SIDS	Contratação / estudos	Contrato	R\$ 75.000,00		Até 07/2025
Storage de Backup	SIDS	Aquisição de equipamento	Aquisição	Liberação de orçamento possivelmente por crédito extra, na ordem de R\$ 2.500.000,00		Até 04/2025
Substituição de Aparelhos Telefônicos VoIP	STC	Substituição de equipamentos obsoletos	A adquirir	Orçamento 2026	01/2025	01/2026
Atualização de PABX virtual para ambiente de nuvem	STC	Atualização de sistema obsoleto	Contrato	Contrato em andamento	01/2025	07/2025
Contratação de Solução Multicanal	STC	Contratação / Estudos	A contratar	Contrato vigente a expirar em 2026	01/2025	01/2026
Contratação de Telefonia Móvel	STC	Contratação/Estudos	A contratar	Contrato vigente a expirar em 2026	01/2025	06/2026
Contratação de Solução ITSM em substituição ao Cherwell	SGPTI	Substituição de solução descontinuada	Aquisição / Contratação	A adquirir	01/2025	06/2026
Contratação do pacote de serviços Cloud Productivity para o Google Workspace	SAMC	Contratação/Estudos	A contratar	R\$ 80.000,00	06/2025	06/2026
Migração do Sistema Operacional para Win11 nos desktops da capital	SAMC	Atualização de sistema		R\$ 0	04/2025	08/2025

Programas / Projetos / Ações	Unidade Responsável	Objetivo	Escopo	Orçamento	Início	Término
Migração das equipes de suporte no SIATI	SGPTI	Substituição de Solução	Substituição / de solução	R\$ 0	01/2024	06/2026
Implantação de sistema de Teste de Segurança de Aplicação Estática e dinâmica (SAST e DAST)	ASC	Identificar vulnerabilidades e falhas de segurança em softwares desenvolvidos ou mantidos pelo TRE-PR	Sistema disponível para equipes de desenvolvimento		07/01/25	20/12/25
Contratação de Software para Gestão de Vulnerabilidades	ASC	Software de Identificação de vulnerabilidades no parque computacional e de servidores do TRE-PR	Aquisição	1.000.000,00	02/02/2025	01/07/2025
Renovação QRadar e SOAR	ASC	Monitoramento	Aquisição	2.000.000,00	01/07/2025	01/12/2025
Programa de conscientização em segurança	ASC	Conscientização de servidores em segurança da informação	Programa de <i>phishing</i> e disponibilização de vídeos de capacitação para EJE		05/03/2025	01/12/2025
Implantação de software de auditoria e monitoramento em AD e Google Drive	ASC	Identificar vulnerabilidades no AD e vazamento de dados no Google drive	Software Varonis disponível para operação	4.000.000,00	07/01/2025	30/04/2025
Pentest em Aplicações	ASC	Realizar teste de penetração em aplicações abertas para a internet	Relatório externo detalhando testes executados e vulnerabilidades encontradas	6.000,00	15/03/2025	01/07/2025

Programas / Projetos / Ações	Unidade Responsável	Objetivo	Escopo	Orçamento	Início	Término
Exercício de Ataque e defesa	ASC	Contratação de empresa externa para atacar ambiente do TRE e apresentar relatório de resultados	Relatório Externo	25.509,09	01/05/2025	01/09/2025
Sistema Janus	ATIA	Automação processual que utiliza técnicas de Inteligência Artificial (IA) e robôs para agilizar a tramitação de processos judiciais	Sistema		07/01/2025	30/03/2025
Sistema de ementas (AssessorIA)	ATIA	Criação de processos para ementas e relatórios	Sistema		03/02/2025	31/03/2025
Chatbot - Orientações CRE	ATIA	Atendimento virtual para servidores dos cartórios eleitorais e juízes	Sistema		25/02/2025	01/12/2025
Sistema de Contratos	ATIA	Utilizar IA para auxiliar na criação de artefatos de contratações	Sistema		01/08/2025	30/03/2026

13 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCOS IDENTIFICADOS				TRATAMENTO DO RISCO				
EVENTOS	PROBAB.	IMPACTO	NÍVEL DO RISCO	RESPOSTA AO RISCO	AÇÕES	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FIM
Falta de apoio da Alta Administração	Baixa - 2	Alto - 8	3,2 - Médio	Mitigar	Submeter as iniciativas com impacto direto neste PDTI para avaliação e aprovação da Alta Administração	SECTI	01/03/2025	30/11/2026
Falta de participação ativa do CGTI em todas as decisões referentes ao PDTI	Baixa - 2	Alto - 8	6,4 - Médio	Mitigar	Tratar as iniciativas do PDTI nas reuniões do CGTI. Realizar reuniões extraordinárias caso necessário.	SECTI	01/03/2025	30/11/2026
Falta de comprometimento das unidades de apoio com a execução do PDTI	Média - 5	Médio - 5	20 - Alto	Mitigar	Comunicar as iniciativas do PDTI às unidades envolvidas e conseguir o comprometimento destas para a execução do PDTI.	SECTI	01/03/2025	30/11/2026

RISCOS IDENTIFICADOS				TRATAMENTO DO RISCO				
EVENTOS	PROBAB.	IMPACTO	NÍVEL DO RISCO	RESPOSTA AO RISCO	AÇÕES	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FIM
Falta de controle e monitoramento no nível operacional para garantir o desempenho necessário nas iniciativas do PDTI	Média - 5	Médio - 5	20 - Alto	Mitigar	Elaborar relatórios de monitoramento periódico destinados ao CETI e CGTI	SPGTI	01/03/2025	31/04/2025
Orçamento insuficiente para execução das iniciativas previstas no PDTI	Média - 5	Médio - 5	5 - Médio	Mitigar	Acompanhamento do orçamento junto às instâncias de Governança, SECOFC e SECAD	CETI	01/03/2025	30/11/2026
Quantitativo de pessoal insuficiente para o cumprimento das iniciativas do PDTI	Média - 5	Médio - 5	5 - Médio	Mitigar	Acompanhamento da disponibilidade de pessoal	CETI	01/03/2025	30/11/2026
Falta de pessoal com perfil adequado ao cumprimento das iniciativas do PDTI	Baixa - 2	Médio - 5	4 - Médio	Mitigar	Desenvolver trilhas de capacitação em TI	SPGTI	01/05/2024	30/11/2026

RISCOS IDENTIFICADOS				TRATAMENTO DO RISCO				
EVENTOS	PROBAB.	IMPACTO	NÍVEL DO RISCO	RESPOSTA AO RISCO	AÇÕES	RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FIM
Falta de revisão periódica do PDTI	Baixa - 2	Médio - 5	6 - Médio	Mitigar	Elaborar relatórios de monitoramento periódico destinados ao CETI e CGTI	SGPTI	01/03/2025	30/11/2026
Falta de publicidade do PDTI	Baixa - 2	Médio - 5	4 - Médio	Mitigar	Publicar notícia sobre o PDTI na Intranet, Connect-Jus e aos servidores da SECTI	SGPTI	01/03/2025	15/04/2025

14 PLANO DE GERENCIAMENTO

A lista de projetos será reanalisada quando das revisões deste Plano ou sob demanda do CGTI.

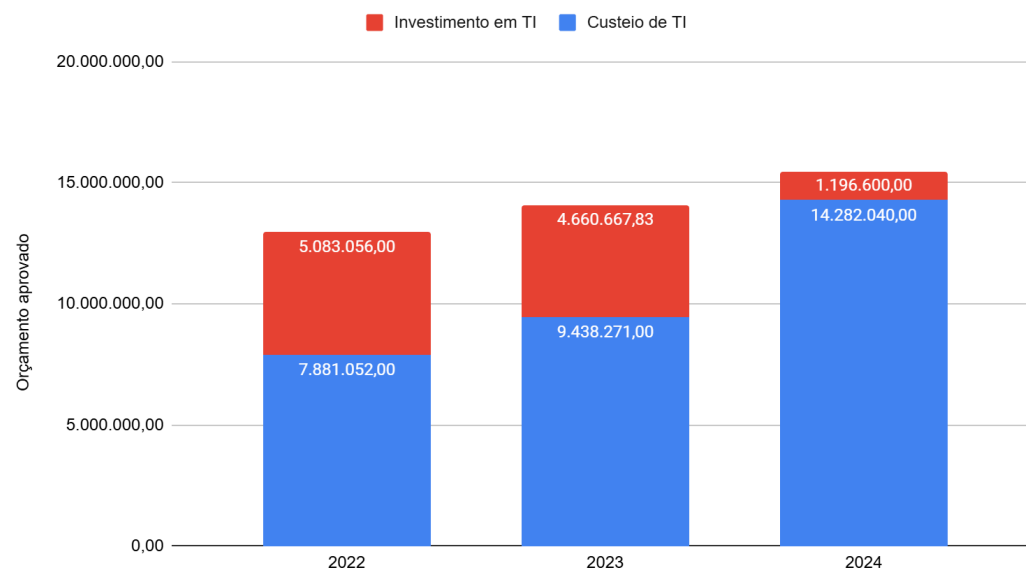
Novos projetos serão submetidos ao CGTI para repriorização conforme a dinâmica das novas necessidades exigir.

O Portfólio de Projetos será acompanhado pela Secretaria de Tecnologia da Informação, a qual fornecerá ao CGTI informações regulares sobre o andamento da execução deste Plano.

No âmbito da SECTI o Plano será acompanhado mensalmente.

15 ORÇAMENTO DA TI

Histórico do Orçamento de TI



Proposta Orçamentária de Execução

Tipo - Ano Referência:
Normal - 2025

Situação:
Em fase de execução, desde 07/01/2025 às 13:45hs.

Setores						
Setor	Proposta	Solicitado	Aprovado	Empenhado	Fora da Proposta	
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DE TI (COINF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
COORDENADORIA DE SERVIÇOS E AMBIENTE (COSA)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
COORDENADORIA DE SISTEMAS (COSIS)	R\$ 17.850,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.850,00	R\$ 0,00	
NÚCLEO DE APOIO À GOVERNANÇA DE TI (NAGTI)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
NÚCLEO DE PORTAIS WEB (NWEB)	R\$ 37.365,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.233,37	R\$ 0,00	
SEÇÃO DE AMBIENTES DE COLABORAÇÃO (SAMC)	R\$ 2.247.723,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 238.731,00	R\$ 0,00	
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (SDS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
SEÇÃO DE GESTÃO DA CENTRAL DE SERVIÇOS (SGCS)	R\$ 985.540,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 153.465,52	R\$ 0,00	
SEÇÃO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE MICROINFORMÁTICA (SGEM)	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 165.000,00	R\$ 0,00	
SEÇÃO DE GESTÃO DE URNAS (SGU)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
SEÇÃO DE GESTÃO DOS PROCESSOS DE TI (SGPTI)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DATACENTER E SERVIDORES (SIDS)	R\$ 4.477.227,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 123.723,48	R\$ 0,00	
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SECTI)	R\$ 1.014.426,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 133.695,22	R\$ 0,00	
« < 1 > » 100 13 registro(s) no total						

O Plano Anual de Contratação é estabelecido em consonância com as iniciativas delineadas para o ano e publicado conforme determinação legal.

16 INDICADORES E METAS

16.1 Indicadores Estratégicos Institucionais

Adotam-se aqui os indicadores estabelecidos para o Planejamento Estratégico Institucional.

Indicador nº 7 – Índice de serviços digitais.

Descrição:

Quantidade de serviços disponibilizados à sociedade em formato digital

Metas:

2025: 60%

2026: 80%

Medição:

Quantidade de Serviços Digitais (QSDIG) dividida pelo Total de Serviços do Disponibilizados (QSDISP), multiplicada por 100

Fórmula: $(QSD/QSDISP) \times 100$

Periodicidade: Trimestral.

Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação

☐ Tendência esperada: Aumento.

Indicador nº 22 – Índice de cumprimento do iGovTI

Descrição:

Maturidade da governança de TI da Justiça Eleitoral do Paraná, conforme os parâmetros estabelecidos no questionário sobre governança e gestão públicas aplicado pelo TCU

Metas:

2025: 75%

2026: 80%

Medição:

Número de Questionamentos relativos à Governança e Gestão de TI dividido pelo Número de Respostas Afirmativas aos Questionamentos relativos à Governança e Gestão de TI, multiplicado por cem

Fórmula: $(NQINRA) \times 100$

Periodicidade: Trimestral.

Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação

☐ Tendência esperada: Aumento.

Indicador nº 33 – Índice de governança de TI iGovTIC-JUD

Descrição: Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação desenvolvido com o propósito de o CNJ identificar, avaliar e acompanhar a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário	Metas: 2025: 91 2026: 91
Medição: Aplicação do questionário fornecido pelo CNJ para medição do índice	Periodicidade: Trimestral.
Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	<input type="checkbox"/> Tendência esperada: Aumento.

Mat_Segurança – Maturidade em Segurança Cibernética.

Descrição: Maturidade na adoção de controles de cibersegurança	Metas: 2025: 56 salvaguardas 2026: 130 salvaguardas
Medição: Número de salvaguardas do CIS Controls 8 implementadas. Aplicação de questionário conforme o padrão CSAT.	Periodicidade: Anual.
Responsável: Assessoria de Segurança Cibernética	<input type="checkbox"/> Tendência esperada: Aumento.

16.2 Indicadores do Planejamento de TI

Exec_Orçamento – Percentual de execução do Plano Orçamentário de TI.

Descrição:

Verificar o percentual de realização do Plano Orçamentário de TI, ou proposta orçamentária relativa aos itens de TI.

Metas:

>=80%

Medição:

$$Exec_Orçamento = \frac{100 \times \sum ValItem_e}{\sum ValItem}$$

ValItem e = Valor total (preço unitário realizado multiplicado pela quantidade realizada) do item da proposta orçamentária de TI.

ValItem = Valor total (preço unitário previsto multiplicado pela quantidade prevista) do item da proposta orçamentária de TI.

Periodicidade: Anual.

Responsável: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

☐ Tendência esperada: Aumento.

Exec_Contratações – Percentual de execução do Plano de Contratações de TI.

Descrição:

Verificar o percentual de realização do Plano de Contratações de TI.

Metas:

>=80%

Medição:

$$Exec_Contratações = \frac{100 \times \sum Item_e}{\sum Item}$$

Item e = Item adquirido que estava previsto no Plano de Contratações de TI (trata-se da quantidade e não do valor monetário do item).

Item = Item previsto no Plano de Contratações de TI (trata-se da quantidade e não do valor monetário do item).

Periodicidade: Anual.

Responsável: Assistência às Contratações de TI

☐ Tendência esperada: Aumento.

Exec_Capacitação – Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação em Tecnologia da Informação (PACTI)

<p>Descrição:</p> <p>Deve ser criado um Plano Anual de Capacitação em TI, voltado a aprimorar os profissionais que atuam no provimento de serviços de tecnologia da informação, considerando as competências técnicas e gerenciais.</p>	<p>Meta: >=80%</p>
<p>Medição:</p> $Exec_Capacitação = \frac{100 \times \sum T_r}{\sum T_p}$ <p>Tr = Treinamento ou ação existentes no PACTI realizado.</p> <p>Tp = Treinamento ou ação existentes no PACTI.</p>	<p>Periodicidade: Anual.</p>
<p>Responsável: Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento</p>	<p>☐ Tendência esperada: Aumento.</p>

Exec_Projetos – Percentual de execução do Portfólio de Projetos

<p>Descrição:</p> <p>Acompanhamento da execução dos projetos elencados no Portfólio de Demandas</p>	<p>Meta: >=80%</p>
<p>Medição:</p> $EXEC_PROJ = \frac{100 \times \sum P_{concluido}}{\sum P_{planejado}}$ <p>P_{concluido} = Projetos concluídos.</p> <p>P_{planejado} = Projetos planejados no PDTI.</p>	<p>Periodicidade: Mensal.</p>
<p>Responsável: Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	<p>☐ Tendência esperada: Aumento.</p>

17 CONCLUSÃO

A criação de um Plano Diretor de TI configura um novo patamar no planejamento da Tecnologia da Informação deste egrégio Tribunal. O processo de concepção do PDTI foi realizado de forma estruturada sob a coordenação do Comitê de Gestão de TI. A participação das diferentes áreas de negócio e da Secretaria de Tecnologia da Informação resultou em entendimento mútuo, necessário para que se enfrente os desafios deste biênio.

Além deste objetivo maior, a Tecnologia da Informação tem que se colocar como partícipe na melhoria das condições de gestão e funcionamento de toda a Justiça Eleitoral.

Neste ambiente desafiador, a tecnologia da informação será um vetor de inovação.